

## PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO

Marcos Oliveira - Agência Senado



PL foi aprovado em sessão nesta terça-feira

## Foi só elogiar... que as farpas começaram

Após a Câmara Municipal aprovar um Projeto de Lei (PL) do vereador Gil Magno (PSB), que derrubou uma lei de autoria de Gilda Beatriz (PP), e retomou a cobrança de sacolas plásticas em mercados, a secretária foi as redes sociais e se pronunciou contra a medida. Segundo Gilda, "fiquei surpresa, afinal, essa lei, que conquistamos com tanto

esforço há quase quatro anos, foi uma vitória para todos nós", comentou pelo seu perfil no Instagram. A questão também gerou reclamações por parte dos petropolitanos pelo retorno da cobrança. O PL será encaminhado para sanção ou veto. Gilda Beatriz informou que pedirá apoio ao prefeito Hingo Hammes (PP), para vetar o projeto.

## Vereadores que apoiaram o PL

Os vereadores que votaram a favor do projeto, ou seja, a favor da cobrança: Gil Magno (PSB) autor do PL; Dudu (União); Junior Coruja (PSD); Júlia Casamasso (PSOL); Lívia Miranda (PCdoB); Wesley Barreto (PRD); Thiago Leite Guel (PSD); e Léo França (PSB). Os parlamentares que

votaram contra foram: Carlos Alberto (MDB), Dr. Aloisio Barbosa (PP), Henrique Laranja (PP) e Thiago Damasceno (PSDB). Os vereadores Octávio Sampaio (PL), Júnior Paixão (PSDB) e Marquinhos Almeida (PP), não votaram. A prefeitura ainda não se pronunciou.

Arquivo/TV Correio da Manhã



Cota única pode ser paga até dia 18 deste mês

## Últimos dias para garantir desconto no pagamento

Os prestadores de serviços de Petrópolis têm até o dia 28 de fevereiro para quitar o ISS Fixo 2025 com 12% de desconto na cota única. Para quem optar pelo parcelamento, a primeira parcela também vence nesta data, com a possibilidade de dividir o valor em até 11 vezes.

Os boletos já estão disponíveis no portal do

ISS e no atendimento da Secretaria de Fazenda. O pagamento dentro do prazo garante mais tranquilidade e evita pendências futuras. A prefeitura reforça que os canais digitais estão disponíveis para consultas e emissão de boletos, evitando filas e proporcionando mais comodidade aos contribuintes petropolitanos.

## Permanência do Vestibular Social

A manutenção do programa Vestibular Social, que oferece 200 bolsas integrais para alunos da rede municipal de ensino na Universidade Católica de Petrópolis (UCP), foi debatida na sessão desta terça-feira (11) na Câmara Municipal. O parlamen-

tar Thiago Damaceno demonstrou sua preocupação com o fato de não estar sendo oferecido, neste momento, processo seletivo para novas vagas; e defendeu que não haja interrupção do projeto. O Vestibular Social é custeado pelo município.

## O que diz a prefeitura

Segundo o município, o tema ainda está sendo avaliado devido a dívida deixada pela gestão passada. "visando garantir a permanência dos alunos já matriculados nos cursos da Universidade Católica de Petrópolis (UCP), precisou assumir uma dívida de mais de R\$ 1 mi-

lhão do governo anterior com a Universidade, fato este que impossibilitou a abertura de novas vagas para o programa no primeiro semestre. A atual gestão segue reavaliando o planejamento financeiro para assegurar a continuidade das iniciativas voltadas à educação".

## Convênio com HST ainda é incerto por conta de dívidas

Atual governo pagou cerca de R\$ 1.772.098,05 em fevereiro deste ano

Leandra Lima

Por Leandra Lima

A continuidade do convênio SUS entre o Hospital Santa Teresa (HST), e o município de Petrópolis, continua sem uma definição. Pelo menos até uma nova avaliação do hospital frente às dívidas com a gestão municipal. Na última terça-feira (11), foi realizada uma audiência na 4ª Vara Civil para discutir os débitos, que segundo o HST está em cerca de R\$ 16.591.863,98 herança da gestão do ex-prefeito Rubens Bomtempo, desse montante o atual governo informou que pagou em fevereiro deste ano cerca de R\$ 1.772.098,05.

Foi destacado pelo o Juiz da sessão, Jorge Luiz Martins, que acompanha o caso desde 2023, a questão da finalização do contrato do convênio, prevista para março de 2025. No contrato, conforme o magistrado, está especificado que ambas partes poderia rescindir o contrato sem prévio aviso, o que para ele não é uma conduta correta por não levar em consideração a população que faz uso dos serviços. Nesse sentido, o Juiz pediu para readequar os termos do acordo, para não afetar o beneficiário. Porém reafirmou que o município deve regularizar as pendências.

A audiência contou com a presença do Secretário de Saúde de Petrópolis, Luiz Cruzick, Michele Lago, Superintendente de Administração, Finanças e Recursos Humanos do município, Marcela Frutuoso, Diretora de Regulação, além de integrantes da Secretaria de Estado de Saúde e o corpo jurídico de ambas as secretarias. O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), também esteve presente por meio do perito Leonardo de



Município demonstra interesse em continuar o convênio com Hospital Santa Teresa

Souza da Conceição.

Ainda sobre os débitos, a Superintendente de Administração, Finanças e Recursos Humanos, Michele Lago, ressaltou que o valor global inclui falta de repasses Estadual, e destacou que após a quitação da parcela de janeiro, está ocorrendo audições no município para discutir o repasse das outras parcelas. Ainda não há um prazo determinado para a quitação total da quantia, frente a esse ponto, ao final da audiência o corpo jurídico do HST direcionou um pedido ao Juiz da sessão, para que a Prefeitura dê um prazo para resolver a situação. Com isso o magistrado aconselhou o hospital a protocolar um ofício, para ser encaminhado à instância municipal, após a composição da Ata da audiência, ou seja, na próxima semana.

Em relação aos recursos estaduais, a Secretária de Saú-

de do Estado, Cláudia Mello, informou que reconhece os débitos do complemento de hemodiálise, das competências de novembro e dezembro de 2023 e de agosto a dezembro de 2024, além da competência abril a setembro de 2023 referentes à cardiovasculares. Agora em relação às cirurgias eletivas não foram gerados os múltiplos dos valores dos procedimentos devidos a problemas no sistema do Ministério da Saúde, portanto não houve repasse referente a pasta.

Foi informado que os pagamentos em abertos de 2024 serão liquidados de 15 a 20 dias após o sábado, 15 de fevereiro.

## Déficits

Também foram discutidos no encontro, questões de fluxo de pacientes, quantos existem na fila de espera para procedimentos ortopédicos e especia-

lidades específicas. E déficits, que foi apontado que o maior número está na sessão de Neurocirurgia, que segundo o HST é uma área com maior custo. Hoje existem uma UTI sendo elas 10 manejadas pelo estado, com isso foi realizado uma proposta de acordo para entregar essa sessão, e deixar de realizar os procedimentos para o SUS, devolvendo para o estado para equilibrar as contas. Porém o Estado ressaltou que faria a complementação dos 10 leitos.

## Resolução

O desfecho da audiência se deu após as instâncias municipais e estaduais junto com o Hospital Santa Teresa, marcarem uma reunião entre a regulação, prevista para a segunda-feira (17), que será realizada às 10h, na Secretaria de Saúde no Rio de Janeiro, para decidirem os próximos passos do convênio.

## Câmara aprova retorno da cobrança de sacolas plásticas em mercados

Por Hugo Petersen

A Câmara Municipal de Petrópolis aprovou, nesta terça-feira (12), um Projeto de Lei que permite a volta da cobrança das sacolas plásticas nos mercados da cidade. O projeto, de autoria do vereador Gil Magno (PSB), sugere a revogação da Lei de número 8.218/2021, que proibia a cobrança do item. De acordo com o vereador, o PL tem o objetivo de conscientizar a população, sobre o uso de sacolas reutilizáveis e sustentáveis, incentivando alternativas de baixo custo.

Se o Projeto de Lei for aprovado, os estabelecimentos da cidade terão até o dia primeiro de maio para se adequarem a norma. A proposta agora segue para o prefeito Hingo Hammes, que pode aprovar ou não a medida. Caso aprovada, a fiscalização vai ser de responsabilidade da Prefeitura de Petrópolis.

João Carlos trabalha como cabeleireiro, e se mostrou contra a cobrança. "O preço do mercado já está caro demais para ficar cobrando as sacolas plásticas. Eu acho que não é válido", disse. Sheila Celestino, costureira, relembrou da época em que os itens eram cobrados na cidade. "Eu sou contra. Não adianta, da outra



Projeto segue agora para sanção do prefeito.

vez que fizeram isso não deu certo", afirmou.

## Vereadores

Votaram a favor do projeto os vereadores: Gil Magno (PSB); Dudu (União Brasil); Junior Coruja (PSD); Júlia Casamasso (PSOL); Lívia Miranda (PCDOB); Wesley Barreto (PRD); Thiago Leite Guel (PSD); e Léo França (PSB). Os parlamentares que votaram contra foram: Carlos Alberto (MDB), Dr. Aloisio Barbosa (PP), Henrique Laranja (PP) e Thiago Damasceno (PSDB). Os vereadores Octávio Sampaio (PL), Júnior Paixão (PSDB) e Marquinhos Almei-

da (PP) se abstiveram, ou seja, não votaram.

O motorista, David Guimarães, criticou firmemente o projeto e destacou que o desconto que muitos consumidores conseguem, indo em vários mercados, será perdido com o custo das sacolas. "É um absurdo. Um vereador eleito pelo povo não sabe o que é ir em um mercado para 'brigar' por centavos de desconto. Andar às vezes três ou quatro mercados para ter descontos de 20, 30 centavos em um item. Agora, se esse Projeto de Lei for sancionado, todo esse desconto vai ser perdido no preço das sacolas", disse.

## Servidores municipais recebem capacitação

A Prefeitura de Petrópolis iniciou, nesta segunda-feira (12), a capacitação das professoras que atuam nas 71 salas de recursos multifuncionais da rede municipal de ensino, distribuídas em diversas unidades escolares de todos os distritos da cidade. A iniciativa tem como objetivo aprimorar as práticas pedagógicas e oferecer suporte emocional aos docentes, considerando as especificidades do trabalho com alunos com deficiências e outras necessidades educacionais.

O Departamento de Inclusão deu início às formações destinadas a esses profissionais, alinhadas com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Parecer CNE/CEB nº 17/2001), que orientam a formação de profissionais para atuar no atendimento educacional especializado. A ação também segue a Resolução nº 4/2009 do Conselho Nacional de Educação, que regulamenta a educação especial e a atuação dos professores dessas salas. A capacitação será realizada em etapas, abordando metodologias ativas.